

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Solidariedade e cobrança após temporais no RS

O senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP, foto) manifestou solidariedade aos moradores de Giruá, Sete de Setembro e Senador Salgado Filho, municípios gaúchos atingidos por um tornado e fortes tempestades no fim do mês. Além de colocar seu gabinete à disposição das prefeituras locais e da Defesa Civil, o parlamentar cobrou as autoridades pela ausência de medidas preventivas. Ao exigir que as iniciativas saiam do papel para proteger a população, Heinze criticou a inércia governamental diante das promessas feitas após os desastres climáticos recentes. “Não podemos aceitar que a resposta do poder público se limite a agir apenas depois que a tragédia acontece. Onde estão as obras de reconstrução e prevenção? O que foi aprendido com as enchentes de 2024? Projetos existem. Recursos também.”



ROQUE DE SA/AGÊNCIA SENADO/DIVULGAÇÃO/JC

Homenagem a Brossard no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) sediou o lançamento do livro O Averso do Arbítrio, obra em homenagem ao falecido ministro gaúcho Paulo Brossard. O evento contou com a presença do presidente do STF, Edson Fachin, e do decano Gilmar Mendes, que assina a apresentação da coletânea. O livro reúne textos de juristas, advogados e acadêmicos que propõem uma reflexão sobre a atualidade do legado de Brossard para o pensamento jurídico brasileiro. “Seus pronunciamentos constituíram verdadeiros marcos do pensamento constitucional em tempos de exceção, buscando preservar a racionalidade jurídica frente ao arbítrio. Celebrar Brossard, portanto, é celebrar o próprio Estado Democrático de Direito”, afirmou Mendes.

Investigação nas emendas Pix

Ainda no STF, o ministro Flávio Dino determinou que a Polícia Federal investigue indícios de crimes na execução das chamadas emendas Pix entre 2020 e 2024. A decisão tem como base uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontou fraudes, despesas sem documentação adequada e prejuízos milionários. Além da apuração policial, Dino exigiu providências para corrigir falhas de transparência nos sistemas do governo e regras mais rígidas de rastreabilidade das verbas. A União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) defendeu a adequação das assembleias locais às normas federais: “As medidas foram realizadas por todos os Estados da Federação, inclusive os Estados de Alagoas, Amazonas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Sul, que não se manifestam nos autos”.

Transparência nos hospitais de Passo Fundo

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao Hospital de Clínicas de Passo Fundo e ao Hospital São Vicente de Paulo que deem publicidade aos repasses de verbas públicas que recebem. Embora contem com recursos das esferas federal, estadual e municipal, as instituições não disponibilizam na internet os dados sobre convênios, valores recebidos e prestações de contas, exigidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI). As entidades receberam prazo de 30 dias para responder se adotarão a medida. “A ausência dessas informações dificulta o controle social sobre a aplicação dos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), além de contrariar a legislação de transparência”, justifica o MPF.

Congresso retoma atividades com agenda enxuta de votação

Nova rotina de trabalho está relacionada ao período eleitoral



O Congresso Nacional retomou as atividades ontem sob uma dinâmica diferente da tradicional. Em vez de uma agenda contínua de votações ao longo dos próximos meses, Câmara dos Deputados e Senado deverão concentrar os trabalhos em apenas duas semanas antes das eleições de outubro.

A primeira ocorre agora, entre os dias 10 e 14 de agosto, e a segunda está prevista para 31 de agosto a 3 de setembro.

O calendário foi articulado pelas presidências das duas casas como forma de conciliar o funcionamento do Legislativo com o período eleitoral. A estratégia permite que os parlamentares retornem às suas bases nos intervalos e se dediquem às campanhas nos Estados.

Embora o recesso parlamentar tenha terminado formalmente em 1º de agosto, deputados e senadores prolongaram a pausa por mais uma semana.

Na Câmara, a definição da pauta ficará para a reunião dos líderes partidários, marcada para hoje. Entre as propostas que podem avançar está o projeto enviado pelo governo em abril que autoriza a utilização de receitas adicionais provenientes da exploração de petróleo para

reduzir a carga tributária sobre combustíveis.

A votação de projetos de maior divergência na casa, porém, tende a encontrar mais resistência.

É o caso da proposta que criminaliza a misoginia, defendida por partidos de esquerda e que o governo pretende colocar em discussão. A tentativa de construir um acordo envolve também projetos de interesse da oposição e do Centrão, entre eles a ampliação do limite de faturamento anual permitido aos Microempreendedores Individuais (MEIs).

No Senado, a estratégia de funcionamento será semelhante. Os parlamentares terão uma semana de esforço concentrado a partir desta segunda-feira, com sessões em plenário e reuniões das comissões.

A medida busca manter uma

agenda mínima de votações enquanto os senadores também participam das atividades eleitorais em seus Estados.

Quatro medidas provisórias que tratam da abertura de créditos extraordinários estão entre os textos que podem pressionar a pauta da Casa. Uma delas precisa ser analisada ainda em agosto para não perder a validade.

É o caso da MP 1.351/2026, que prevê R\$ 330 milhões em subvenção econômica para empresas importadoras de gás liquefeito de petróleo, utilizado como gás de cozinha.

A medida integra as ações do governo para reduzir os efeitos da alta do petróleo e de seus derivados provocada pelo conflito entre Estados Unidos e Israel contra o Irã. O prazo de vigência termina em 25 de agosto.

KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC



Na Câmara, a definição da pauta ocorrerá hoje em reunião de líderes

Lula e Flávio estão empatados tecnicamente no 2º turno

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) seguem tecnicamente empatados, dentro da margem de erro, em um eventual 2º turno das eleições presidenciais, de acordo com pesquisa BTG/Nexus divulgada ontem.

De acordo com o levantamento, Lula registra 47% das intenções de voto, enquanto Flávio alcança 44%. Brancos, nulos ou nenhum dos candidatos somam 8%. Já os eleitores que afirmaram não saber são 1%. Na pesquisa anterior, de 3 de agosto, Lula aparecia com 46% contra 45% de Flávio Bolsonaro.

No cenário contra Ronaldo

Caiado (PSD), o cenário também é de empate técnico, com Lula pontuando 46% e o ex-governador de Goiás, 42%. É o mesmo resultado da pesquisa de 3 de agosto. Brancos, nulos ou nenhum dos candidatos somam 9%. Eleitores que não sabem são 2%.

Em eventual disputa contra Romeu Zema (Novo) no 2º turno, Lula venceria o ex-governador mineiro por 47% contra 40%. Na pesquisa anterior, o presidente pontuou 46% contra os mesmos 40% de Zema. Brancos, nulos ou nenhum dos candidatos somam 11%, enquanto os que não sabem são 2%.

Quando o candidato da oposição é o ativista Renan Santos (Missão), Lula seria reeleito por 46% a 37% se a eleição fosse hoje. Brancos, nulos ou nenhum dos candidatos somam 13%. Eleitores que não sabem são 3%. Na simulação de 2º turno da pesquisa anterior, Lula liderava por 47% a 37%.

A Nexus ouviu 2.001 entrevistados, com 16 anos ou mais, por telefone, de 7 a 9 de agosto. A margem de erro é de 2 pontos, para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o código BR-08428/2026.